

## **RESENHA SOBRE A COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA E AS LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR**

**Eduardo Antônio Pires Munhoz<sup>1</sup>**

### **RESUMO**

Fundamentado na legislação aplicável vigente, em obras de grandes mestres do Direito Tributário brasileiro e em artigos e produções acadêmicas de relevante valor, o presente artigo visa abordar o tema da Competência Tributária e as Limitações inerentes ao poder de tributar de forma concisa, objetiva e prática para que possa servir de instrumento à acadêmicos de diversas áreas das Ciências Sociais aplicadas, como o Direito e a Administração de Empresas e, também, às graduações tecnológicas na área de negócios, como Gestão Financeira, Gestão de Recursos Humanos, Logística e outras mais. Para tanto, pretende abordar a competência tributaria definida pelo regramento constitucional para que se possa compreender seu real significado e aplicação, passando a verificar as classificações acadêmicas da competência tributária e suas razões de serem. Abordará, também, as limitações ao poder de tributar para se possa compreender sua finalidade e extensão, passando por alguns princípios inerentes à tributação e, ao final, pelas imunidades tributárias.

**Palavras chave:** Competência Tributária; Limitações Tributárias; Poder de tributar; imunidades; isenção.

### **ABSTRACT**

Based on the applicable law, in books of great masters of Brazilian Tax Law and in articles or academic productions of significant value, this article discusses Tax Jurisdiction and Limitations of taxing power, of direct, objective and practical way for scholars from various fields Social Sciences applied, as the Law and business Administration and also the

---

<sup>1</sup> Eduardo Antonio Pires Munhoz é bacharel em Direito pela Universidade de Sorocaba, especialista em Direito Ambiental, Bioética e Biodireito, especialista em docência no ensino superior, advogado militante com escritório próprio em Votorantim/SP, docente há mais de seis anos em cursos de Direito, Administração de Empresas, Tecnologia e outros de várias IES.

technological ranks in the business area such as Financial Management, Human Resource Management, Logistics Resources and more. To do so, intends to study the tributary powers defined by the Constitution, check the academic ratings of taxing power. Also study limitations on the taxing power to be able to understand its purpose and scope, going through some inherent taxation principles and, ultimately, the tax immunities.

**Keywords:** Brazilian Tax Jurisdiction; Tax Limitations; Power to tax; tributary immunities.

## 1 INTRODUÇÃO

O Estado, assim entendido no seu sentido *lato*, existe para – em última análise – garantir a vida em sociedade com suas mais amplas e complexas relações sociais. Para tanto, necessita de recursos financeiros, razão pela qual se admite, mesmo numa concepção de Estado Democrático de Direito, a existência da tributação.

Mesmo admitindo a necessidade da tributação, não significa que a mesma possa ocorrer ao bel prazer do Estado, devendo curvar-se aos regramentos da Competência Tributária e das limitações impostas ao poder de tributar.

## 2 COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

A competência tributária, de forma simples e direta, pode ser encarada como poder que a Constituição Federal confere à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para que instituem seus respectivos tributos.

Nos claros dizeres de Celso Ribeiro Bastos<sup>2</sup> “*Competência, em matéria tributária, é a faculdade atribuída pela Constituição às pessoas de direito público com capacidade política para criar tributos*”.

A competência tributária é formada pelas capacidades de legislar, fiscalizar e arrecadar tributos, sendo indelegável. No entanto, é permitida a delegação da capacidade de fiscalizar e arrecadar para outra pessoa jurídica de direito público, bem como a revogação desta delegação a qualquer tempo.

---

<sup>2</sup> BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito financeiro e tributário. 9. ed. amp. e atual. São Paulo: Celso Bastos Editor, 2002. p. 195

A Carta Magna, como também é chamada a Constituição Federal, optou por um sistema de partilha de competências. Assim, todos os entes da Administração Direta, têm aptidão para criar tributos e definir o seu alcance, desde que respeitados os limites impostos pela Constituição Federal.

CTN, art. 6o. A atribuição constitucional de competência tributária compreende a competência legislativa plena, ressalvadas as limitações contidas na Constituição Federal, nas Constituições dos Estados e nas Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios, e observado o disposto nesta Lei.<sup>3</sup>

Parágrafo Único. O tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencem à competência legislativa daquela a que tenham sido atribuídos.

CTN, art. 7o. A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferido por uma pessoa jurídica de direito público a outra, nos termos do §3o do art. 18 da Constituição.

§1o A atribuição compreende a garantia e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir.

§2o A atribuição pode ser revogada, a qualquer tempo, por ato unilateral da pessoa jurídica de direito público a que tenha conferido.

§3o Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.<sup>4</sup>

## 2.1 Classificação da Competência Tributária

### a) Competência Tributária Privativa

A competência privativa para instituir impostos é aquela atribuída com exclusividade a cada um dos entes federados e está prevista nos artigos 153, 155 e 156 da Constituição Federal.

CF, Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

I – importação de produtos estrangeiros;

II – exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;

III – renda e proventos de qualquer natureza;

IV – produtos industrializados;

V – operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;

VI – propriedade territorial rural;

VII – grandes fortunas, nos termos de lei complementar.

CF, Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

I – transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos;

<sup>3</sup> BRASIL. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm). Acesso em: 29 nov. 2004.

<sup>4</sup> BRASIL, loc.cit.

II – operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior; III – propriedade de veículos automotores.

CF, Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I – propriedade predial e territorial urbana;

II – transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

III – serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar.<sup>5</sup>

## **b) Competência Tributária Comum**

A competência tributária comum refere-se a dois tributos específicos: às taxas e às contribuições de melhoria. Todos os entes da Federação poderão instituir, dentro das suas atribuições, os citados tributos, conforme prevê o artigo 145 da Carta Magna.

CF, art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

II – taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

III – contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.<sup>6</sup>

## **c) Competência Tributária Residual**

Competência residual é a competência atribuída com exclusividade à União e refere-se aos impostos ainda inexistentes, que podem ser instituídos sobre situações não previstas inicialmente. Caso surja a possibilidade de criação de novos impostos não previstos inicialmente, os mesmos serão de competência da União, conforme previsão da regra do artigo 154, inciso I da Lei maior.

CF, art. 154. A União poderá instituir:

I – mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição.<sup>7</sup>

## **d) Competência Tributária Extraordinária**

---

<sup>5</sup> BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

<sup>6</sup> BRASIL, loc.cit.

<sup>7</sup> BRASIL, loc.cit.

A União poderá instituir, nos casos de guerra externa ou em sua iminência, impostos extraordinários ou impostos de guerra, mesmo que tenham fato gerador ou base de cálculo idênticos aos de outros impostos já discriminados na Carta Magna.

Nesta situação ocorre a chamada bi-tributação que de rigor é proibida no ordenamento jurídico-tributário pátrio, contudo trata-se de situação extraordinária que a admite como caso de exceção, conforme se verifica pelo mandamento do inciso II do artigo 154 da Constituição Federal.

CF, art. 154. A União poderá instituir:

II – na iminência ou no caso de guerra externa, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.<sup>8</sup>

#### **e) Competência Tributária Cumulativa**

Consiste na competência da União em territórios federais para instituir, cobrar e fiscalizar os impostos estaduais e, se os territórios não forem divididos em municípios, cumulativamente os impostos municipais. Ao Distrito Federal compete a instituição, cobrança e fiscalização dos impostos municipais, conforme dispõe do artigo 147 da Carta Magna.

CF, art. 147. Competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais, e, se o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais; ao Distrito Federal cabem os impostos municipais.<sup>9</sup>

### **3 LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR**

As limitações ao poder de tributar, também denominadas por alguns doutrinadores como princípios jurídicos da tributação, estão contidas, basicamente, nos artigos 150, 151 e 152 da Constituição Federal.

Entretanto, as limitações não se resumem aos artigos mencionados acima, existindo ainda outras, dentro da própria Constituição e em outros tipos normativos, bem como no caso de leis complementares, convênios, etc.

#### **3.1 Alguns Princípios Jurídicos Limitadores ao poder de Tributar.**

---

<sup>8</sup> BRASIL, 1988.

<sup>9</sup> BRASIL, loc.cit.

- Princípio da Anterioridade de Exercício e Princípio da Anterioridade Nonagesimal:

Tais princípios proíbem a cobrança de tributo no mesmo exercício financeiro (que coincide com o ano calendário) em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, devendo ser respeitado, ainda, prazo mínimo de 90 (noventa) dias para vigorarem. Tais princípios visam evitar a insegurança jurídica, pela incerteza quanto ao custo tributário a ser considerado pelo contribuinte, impossibilitando seu planejamento econômico e tributário.

CF, Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

III – cobrar tributos:

- a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;
- b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;
- c) antes de decorridos 90 dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b.<sup>10</sup>

- Princípio da Legalidade: Garante-se, pelo princípio da legalidade, que nenhum tributo será instituído e nem aumentado, a não ser através de lei.

Sendo assim, somente por meio de lei que se admite a instituição dos impostos, definição do fato gerador e estabelecimento de prazos e condições de pagamento (cumprimento do crédito), como se depreende da regra do artigo 150, inciso I da Constituição Federal.

CF, Art. 150 Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I – exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;<sup>11</sup>

- Princípio da Irretroatividade da Lei Tributária: Tal princípio impossibilita a cobrança de tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei instituidora ou que o tenha majorado. A lei deve ser anterior ao fato que qualifica juridicamente.

CF, Art. 150 Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

III – cobrar tributos:

- a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup> BRASIL, 1988.

<sup>11</sup> BRASIL, loc.cit.

<sup>12</sup> BRASIL, loc.cit.

- Princípio da Isonomia ou da Igualdade: É o princípio que garante que todos são iguais perante a lei. Assim, todos aqueles que estiverem em situações iguais, deverão ser tratados igualmente pela entidade tributante. A igualdade aqui tratada é a jurídica, e não a de fato. A igualdade jurídica consiste em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida exata de tal desigualdade. Tal pressuposto garante que, ao final dos tratamentos, todos estejam o mais próximo possível de uma condição igualitária, consoante a regra do inciso II do artigo 150 da Lei maior.

CF, Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

II – instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.<sup>13</sup>

- Princípio da Uniformidade: O princípio da uniformidade é aquele que proíbe a União de instituir tributo que não seja uniforme em todo o país ou que favoreça ou privilegie determinado Estado ou Município.

Entretanto, não configura violação ao princípio em questão a concessão de incentivos fiscais concedidos pela União para promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre as diversas regiões do país, na medida das desigualdades que tais regiões apresentem com as demais, conforme dispõe a regra do inciso I do artigo 151 da Constituição.

CF, Art. 151. É vedado à União:

I – instituir tributo que não seja uniforme em todo território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre as diferentes regiões do país.<sup>14</sup>

- Princípio da Vedação ao Confisco: O contribuinte tem o direito de invocar este princípio sempre que entender que o tributo, no caso concreto, está lhe confiscando bens e ao Poder Judiciário caberá dizer se o tributo tem efeito confiscatório ou não.

Nas bem ponderadas considerações do Mestre Luciano Amaro (2006, p.144), temos o seguinte:

---

<sup>13</sup> BRASIL, 1988.

<sup>14</sup> BRASIL, loc.cit.

Confiscar é tomar para o Fisco, desapossar alguém de seus bens em proveito do Estado. (...) é óbvio que os tributos (de modo mais ostensivo, os impostos) traduzem transferências compulsórias (não voluntárias) de recursos do indivíduo para o Estado. Desde que a tributação se faça nos limites autorizados pela Constituição, a transferência de riqueza do contribuinte para o Estado é legítima e não confiscatória. (...) Dessa forma, o problema está em saber até onde pode avançar o tributo sobre o patrimônio do indivíduo, sem configurar confisco, ou, considerada isoladamente certa situação tributável, qual o limite máximo de ônus tributário que legitimamente sobre ela poderia impor-se. (...) O princípio de vedação ao tributo confiscatório não é um preceito matemático; é um critério informador da atividade do legislador e é, além disso, preceito dirigido ao intérprete e ao julgador, que, à vista das características da situação concreta, verificarão se determinado tributo invade ou não o território do confisco.<sup>15</sup>

A Constituição Federal assegurou a proteção contra o confisco no inciso IV do artigo 150.

CF, Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:  
IV – utilizar tributo com efeito de confisco.<sup>16</sup>

### 3.2 Imunidades Tributárias

A Constituição Federal, ao definir a competência tributária dos entes da Federação excluiu certas situações, pessoas, bens ou serviços do alcance do Poder de Tributar.

Nestes casos, podemos dizer que há **imunidade tributária**, tendo-se em vista a “qualidade” da situação que não pode ser atingida pelo tributo.

Na definição de Celso Bastos Ribeiro (2002, p. 204) “A imunidade é de fato uma regra de competência negativa, quer dizer, define, ao nível da própria Constituição, algumas áreas em que o Estado não pode exercer sua competência tributária.”<sup>17</sup>

O mestre Ives Granda da Silva Martins, em genial argumentação, dá-nos conta de que as Imunidades Tributárias vão além de meros elementos limitadores da tributação, tratando-se de direitos e garantias individuais assegurados pela Lei máxima, dizendo assim:

Nestas breves linhas, pretendo deixar claro qual, a meu ver, é a verdadeira teleologia das imunidades tributárias. As imunidades tributárias estão colocadas entre os direitos e garantias individuais, sempre que se refiram aos cidadãos e residentes ou às entidades por eles criadas, tendo em vista as finalidades propostas pelos constituintes. Com efeito, o “caput” do artigo 150 está inserido em especial seção da lei suprema dedicada a limitar os poderes do Estado Fiscal.<sup>18</sup>

<sup>15</sup> AMARO, Luciano. **Direito tributário brasileiro**. 12. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006.

<sup>16</sup> BRASIL, 1988.

<sup>17</sup> BASTOS, Celso Ribeiro. Op. Cit.

<sup>18</sup> MARTINS, Ives Granda da Silva. Imunidades tributárias: teleologias. ANIMA: **Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET**. Curitiba PR - Brasil. 2ª edição, p. 123-134. ISSN 2175-7119

### Imunidade x Isenção x Não-Incidência

Em razão da própria característica constitucional da Imunidade, que a torna essencialmente diferente das demais situações de mero não pagamento de tributos, é importante fazer uma distinção entre a imunidade e outros institutos que com ela se assemelham.

A Imunidade em si é proibição de tributar determinada pela própria Constituição Federal. O legislador infraconstitucional não pode tratar sobre as situações consideradas imunes. Qualquer pretensão em fazer incidir tributos nestas situações, é inconstitucional e, conseqüentemente, nula de pleno direito.

A Isenção por seu turno, caracteriza-se pela situação em que o fato em si é tributável, mas a lei infraconstitucional dispensa o pagamento do tributo, excluindo-o do campo de incidência.

O fato gerador do tributo ocorre, mas a lei dispensa o seu pagamento. Deste modo, podemos afirmar que a tributação ocorreu, mas pela isenção o pagamento fica dispensado.

Já a chamada **Não-Incidência** configura-se em face do **não** atendimento da norma de tributação, sendo o objeto da não incidência todos os fatos que não estão abrangidos pela própria definição legal da hipótese de incidência. Nesta situação a tributação não ocorre pelo fato do contribuinte não realizar os fatos que fariam com que a tributação fosse necessária.

### Espécies de Imunidades Tributárias.

#### *- Imunidade Recíproca*

A Imunidade Recíproca veda que os entes federados instituíam impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros, bem como sobre as autarquias e fundações mantidas pelo Poder Público, naquilo que está vinculado às suas atividades essenciais.

Todavia, a regra da imunidade recíproca possui três exceções. Assim, quando os entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) e/ou suas autarquias ou fundações estiverem equiparadas às entidades privadas, não há imunidade. São os seguintes casos: a) quando estiverem praticando atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados; b) quando cobrarem contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas do usuário do serviço prestado; c) quando celebrarem com terceiro, relativamente a imóveis de suas propriedades, contrato de Promessa de Compra e Venda. Neste caso, o bem

perde a imunidade e o promitente comprador tem de pagar os tributos incidentes sobre o mesmo.

CF, Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

VI – instituir impostos sobre:

a) patrimônio, renda ou serviços uns dos outros.

§2º A vedação do inciso VI, a, é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às dela decorrentes.

§3º As vedações do inciso VI, a, e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços, relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.<sup>19</sup>

#### *- Imunidade dos Templos de Qualquer Culto*

A imunidade dos templos de qualquer culto diz respeito a tudo aquilo que seja necessário para o exercício do culto. Devem ser protegidos os serviços relacionados com as finalidades essenciais do templo.

CF, Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

VI – instituir impostos sobre:

b) templos de qualquer culto.

§4º As vedações expressas no inciso VI, alíneas b e c, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades nela mencionadas.<sup>20</sup>

#### *- Imunidades dos partidos políticos, das entidades sindicais de trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.*

A imunidade prevista protege o patrimônio, a renda e os serviços de tais entidades, desde que relacionados com as finalidades essenciais dos mesmos.

Para usufruírem desta imunidade é necessário que as entidades caracterizem-se como sendo “sem fins lucrativos”.

O Dr. Fernando Gustavo Knoerr, ao discorrer sobre as imunidades tributárias das entidades filantrópicas, nos dá uma clara caracterização do que vem a ser instituição sem fins lucrativos, diz ele:

---

<sup>19</sup> BRASIL, 1988.

<sup>20</sup> BRASIL, loc.cit.

Entende-se por entidades sem fins lucrativos as pessoas jurídicas, tais como as associações, as fundações, os sindicatos, as sociedades cooperativas, as entidades filantrópicas e beneficentes de assistência social e as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico, que não visem e não promovam distribuição de lucro, nada obstante desenvolvam atividade econômica como meio de subsidiar suas atividades sociais.<sup>21</sup>

A previsão legal da imunidade em questão está estampada na regra da alínea “c” do inciso VI do artigo 150, incluindo-se a disposição do parágrafo quarto do mesmo dispositivo da Lei superior.

CF, Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

VI – instituir impostos sobre:

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais, dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.

§4o As vedações expressas no inciso VI, alíneas b e c, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades nela mencionadas.<sup>22</sup>

*- Imunidade dos livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão*

Trata-se de imunidade de relevante serventia a garantir-se o direito de liberdade de imprensa e disseminação de informações e conhecimentos.

Como bem relata Celso Ribeiro Bastos (2002, p. 205) “*Uma vez mais cuidou o constituinte de atentar para atividades de relevância incontestes.*”<sup>23</sup>

A fundamentação legal desta imunidade encontra-se na alínea “d” do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal.

CF, Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

VI – instituir impostos sobre:

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.<sup>24</sup>

<sup>21</sup> KNOERR, Fernando Gustavo. A imunidade tributária das entidades filantrópicas. ANIMA: **Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET**. Curitiba PR - Brasil. 1ª edição, p. 101-121. ISSN 2175-7119

<sup>22</sup> BRASIL, 1988.

<sup>23</sup> BASTOS, 2002.

<sup>24</sup> BRASIL, op.cit.

#### 4 CONCLUSÃO

Com o presente artigo verificou-se superficialmente as questões relacionadas à Competência Tributária e às limitações ao poder de tributar.

Pôde-se verificar que a tributação, em que pese ser necessária, não pode ser realizada de forma ampla, geral e irrestrita, devendo respeitar os regramentos constitucionais que atribuem as competências aos entes federados vinculando suas atribuições a cada espécie de tributo.

Noutro foco, pôde-se perceber que mesmo atuando sob o manto constitucional da competência outorgada os entes federados devem respeitar uma série de elementos que se caracterizam como limitações aos seus poderes de tributação.

Diante de tais análises, podemos concluir de forma segura que o poder de tributar conferido aos entes federados não é absoluto e deve ser exercido dentro dos padrões estabelecidos pelo sistema tributário, em especial, pela própria Constituição Federal.

#### 5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARO, Luciano. **Direito tributário brasileiro**. 12. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de direito financeiro e tributário**. 9. ed. amp. e atual. São Paulo: Celso Bastos Editor, 2002.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966**. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm). Acesso em: 29 nov. 2004.

KNOERR, Fernando Gustavo. A imunidade tributária das entidades filantrópicas. ANIMA: **Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET**. Curitiba PR - Brasil. 1ª edição, p. 101-121. ISSN 2175-7119.

MARTINS, Ives Granda da Silva. Imunidades tributárias: teleologias. ANIMA: **Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET**. Curitiba PR - Brasil. 2ª edição, p. 123- 134. ISSN 2175-7119.